

PARQUE NACIONAL

Graças a invasões e criações de núcleos urbanos em seu redor, a maior unidade de conservação do DF sofre com a poluição. As piscinas de água mineral, que enchiam em seis horas, agora levam 24h

Ameaça ao verde

Carolina Nogueira
 Da equipe do Correio

O Parque Nacional de Brasília, maior e mais importante unidade de conservação do Distrito Federal, está acuado. Obras viárias, invasões, novos setores de indústrias, de oficinas e habitacionais a sua volta estão ameaçando a vida nos cerca de 30 mil hectares que fazem parte da Reserva da Biosfera do Cerrado.

Ali está uma amostra de tudo o que tem o cerrado: de onça suçuarana a pequenos roedores, de grandes árvores retorcidas à indefesa flor do cerrado. Além da importância da preservação, o parque também é vital para o abastecimento de água de Brasília: as bacias de Santa Maria e do Torto estão situadas no seu interior e são responsáveis por 30% do fornecimento de água potável do Plano Piloto. Isso sem falar na área de piscinas, a Água Mineral, uma importante alternativa de lazer para a população.

DESRESPEITO

Apesar de todo esse tesouro, há 30 anos o parque vem sendo desrespeitado. Algumas agressões, como o depósito de lixo e detritos conhecido como Lixão, são antigas — existem desde que o parque é parque. “Há 30 anos, o Lixão ficava ali na beira da Estrutural, mas como o volume de lixo em Brasília cresceu, hoje ele está encostado na cerca da unidade de conservação”, conta Raquel Milano, que há 11 anos é geógrafa da divisão de manejo e pesquisa do Parque Nacional de Brasília.

Outros problemas, como as invasões de terra e assentamentos, foram surgindo com o tempo. No governo de Cristovam Buarque, por exemplo, um assentamento, batizado de 26 de setembro, foi criado atrás da unidade de conservação, em um espaço que, hoje, é da Floresta Nacional (Flona). O assentamento abrigou mais de cem pessoas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e existe até hoje. A invasão da Estrutural, que existe desde o primeiro governo de Joaquim Roriz, é uma das maiores dores de cabeça da administração do parque. Os invasores cortam as cercas, deixam carroça, levam a vida urbana e violenta para dentro da reserva ecológica.

UMA CIDADE EM VOLTA

“As agressões vêm de muito tempo, mas agora estão fugindo total-



mente do nosso controle”, conta Raquel. Segundo ela, além das invasões, ocupações e uso da área para colocação de detritos, o parque tem de conviver com as inúmeras obras viárias e novos setores habitacionais e de serviços que não param de pipocar a sua volta. “Uma coisa são invasões que surgem pela questão social. Mas isso é totalmente diferente da criação de estradas e setores empresariais guiados pelo interesse econômico”, comenta o conselheiro do Fórum de ONGs Ambientais do DF, João Arnolfo Carvalho.

“Isso é o mais grave: as obras com maior impacto ambiental sobre o parque são autorizadas e patrocinadas pelo próprio GDF. Não são feitos nem estu-

dos prévios”, observa o procurador da República Alexandre Camanho. Duas obras que já foram investigadas e são objeto de processos judiciais movidos pelo Ministério Público são os viadutos do Torto e do Colorado, que, apesar de estarem localizados dentro da área tutelada pelo Parque — o raio de 10 km a partir de seus limites —, foram feitas sem apresentação de Estudo ou Relatório de Impacto Ambiental.

NASCENTES SECAM

Para quem vai ao parque todos os dias, o resultado desses abusos já é visível a olho nu. “As nascentes estão secando. A piscina velha da Água Mineral, que antes levava 6 horas para fi-

car cheia, agora leva 24 horas”, alerta Raquel Milano. “Isso sem falar no número de espécies exóticas que vão aparecendo: plantas que não têm nada a ver com o cerrado, cachorros, gatos e até porcos aparecem no meio da fauna silvestre”, conta ela.

E o futuro é visto com pessimismo. Segundo a presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Hídricos Renováveis (Ibama), Marília Marreco, o GDF tem mais de cem projetos em fase de licenciamento na área do entorno do parque: obras que vão compor o Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (Scia), Setor Noroeste, Setor de Oficinas Norte, todos encostados na cerca do Parque Nacional.

MEMÓRIA

Floresta é alvo de especulação

Uma floresta nacional foi criada por decreto presidencial com o objetivo de proteger as mananciais que abastecem o Distrito Federal, coibir a grilagem, as invasões e a derrubada ilegal de madeira. Essa é a história da Floresta Nacional de Brasília (Flona), área de preservação com 9 mil hectares que fica atrás do Parque Nacional de Brasília, segue no sentido de Taguatinga até encontrar a baragem do Descoberto.

A Floresta Nacional (Flona) nasceu no dia 10 de junho do ano passado. De lá para cá, a Flona, uma espécie de cinturão verde em volta do parque, passou a ser alvo da cobiça de especuladores imobiliários interessados na área.

Do papel para a vida real, a Floresta passou por maus bocados. Para ser transferida da Terracap para a jurisprudência federal do Ibama, todos os invasores da área da Floresta precisavam ser retirados, inclusive as 130 famílias que foram assentadas no local pelo ex-governador Cristovam Buarque. Essas famílias eram um problema à parte — tinham plantações e viviam do trabalho rural na área. O processo exigiu dedicação total do Ministério Público e levou mais de seis meses até ser concluído.

A transferência da Flona para o Ibama só aconteceu esse ano. Mas os problemas não terminaram por aí. As invasões de terra continuaram sendo constantes no local e, em junho, a Delegacia de Meio Ambiente do DF prendeu uma verdadeira quadrilha de grileiros. Gersino Vaz Diniz, líder da invasão e ex-candidato a deputado distrital pelo PMDB, já havia sido retirado 16 vezes da área e pediu votos com promessa de doação de lotes no local.

Cinturão “verde”

A Secretária do Meio Ambiente garante que é sensível à preservação do Parque Nacional de Brasília. “É uma área importante para Brasília, estamos atentos”, diz o secretário Antônio Barbosa. Segundo ele, o governo está planejando para o ano que vem a desativação definitiva do Lixão, com reflorestamento do local. Os empresários beneficiados pelas obras às margens do parque defendem

o governo. “Entre o Setor Industrial e o Parque, o GDF criou um cinturão verde de 300 metros”, conta João Carlos Pimenta, do Sindicato das Indústrias de Construção Civil, Sinduscon.

Para o Ministério Público, as medidas não são suficientes. “Não dá para fazer propaganda dessas medidas e continuar autorizando obras sem as licenças”, alertou o procurador da República Alexandre Camanho.